
Uma aldeia na “cidade maravilhosa”: conflito e resistência indígena no Rio de Janeiro

A village in the "wonderful city": conflict and indigenous resistance in Rio de Janeiro

Resumo

O artigo aborda o caso de uma ocupação indígena, conhecida como Aldeia Maracanã, surgida em 2006, na área do antigo Museu do Índio, ao lado do Estádio Jornalista Mário Filho, no Rio de Janeiro. Através de notas etnográficas, material bibliográfico, jornalístico e documental, o artigo analisa as controvérsias e as resistências em torno do conflito entre os ocupantes indígenas e o Governo do Estado dos anos 2000, no contexto de realização dos megaeventos esportivos na cidade, até o momento atual, com a ascensão da direita ao poder e o fortalecimento dos discursos de ódio contra os povos indígenas. A análise aponta que na cidade do capital parece não haver espaço para os indígenas: o movimento da Aldeia Maracanã tem deixado um importante legado para a luta por reconhecimento dos indígenas em contextos urbanos e pela defesa do patrimônio cultural indígena no Rio de Janeiro e no país. **Palavras-chaves:** Aldeia Maracanã. Conflitos urbanos. Resistência indígena. Rio de Janeiro.

Abstract

The article addresses the case of an indigenous occupation, known as Aldeia Maracanã, which arose in 2006 in the area of the former Museu do Índio, next to the Mário Filho Journalist Stadium in Rio de Janeiro. Through ethnographic notes, bibliographical, journalistic and documentary material, the article analyses the controversies and resistances surrounding the conflict between the indigenous occupiers and the State Government of the 2000s, in the context of the mega sporting events in the city, until the present moment, with the rise of the right to power and the strengthening of hate speeches against indigenous peoples. The analysis points out that in the city of the capital there seems to be no space for the indigenous, the movement of Maracanã Village has left an important legacy for the struggle for recognition of the indigenous in urban

Letícia de Luna Freire
Professora Adjunta da
Universidade do Estado do
Rio de Janeiro.
Coordenadora do Núcleo de
Pesquisa Educação e
Cidade (Nupec),
pesquisadora do Pró-
Índio/Uerj, do
LeMetro/IFCS-UFRJ e do
InEAC/UFF.
E-mail:
leluna2005@yahoo.com.br

contexts and for the defense of the indigenous cultural heritage in Rio de Janeiro and in the country.

Keywords: Aldeia Maracanã. Urban conflict. Indigenous resistance. Rio de Janeiro.

Introdução

A história da sociedade brasileira – e, dentro dela, a sociedade fluminense – pode ser compreendida pela maneira como nos relacionamos, ao longo de mais de quinhentos anos, com os povos indígenas. Conforme Freire e Malheiros (2009) descrevem, no momento de chegada dos primeiros europeus, havia indígenas em aldeias e tabas espalhadas por todo o território do atual Estado do Rio de Janeiro. Relatos da época analisados pelos autores indicam que somente na região hoje ocupada pelos subúrbios da capital fluminense havia dezenas de aldeias, tais como Pavuna, Irajá Catiú, Savigahy, Uepeé, Itauá e Sapopema. Todos os grupos indígenas que viviam no Rio de Janeiro foram extintos antes que tivéssemos um conhecimento mais profundo sobre seus modos de vida e seus saberes. O pouco que sabemos, porém, permite sublinhar a importância da herança indígena para a formação do povo fluminense, expressa inclusive na origem dos nomes de vários bairros (Ipanema, Pavuna, Maracanã, Jacarepaguá, etc.) e no apelido “carioca” – do tupi, kara’iwa (homem branco) e oka (casa) – conferido aos nascidos na capital.

A presença indígena na cidade se deu mais fortemente no século XIX, quando um número razoável de representantes de diferentes etnias migrou, quase sempre compulsoriamente, para a corte do Rio de Janeiro, onde passavam a fazer biscates: trabalhar em serviços domésticos, na construção civil e nas obras públicas. Como toda a história relacionada aos povos indígenas, desde o período colonial, esse processo também foi marcado por conflitos e outros tipos de violências. Frequentemente sem emprego e residência fixa, esses “índios urbanos” formavam “uma ‘tribo’ desfigurada que vagava pelas tabernas e vendas dos principais bairros [...], entrando em conflito permanente com a polícia” (FREIRE; MALHEIROS, 2009, p. 83)¹, até deixarem de figurar no mapa da cidade e na documentação oficial

¹ Mais que medidas de caráter penal, as prisões destes indígenas representavam uma forma de recrutamento de mão-de-obra, colocando-os sob um tipo de controle semelhante ao exercido no período colonial sobre os indígenas escravos ou de repartição (FREIRE; MALHEIROS, 2009, p. 84).

durante o período republicano.

De acordo com os autores, apenas na década de 1950, os indígenas reapareceram, quando guaranis, migrando do sul do país, estabeleceram três aldeias em municípios da região sul do Estado do Rio de Janeiro (Angra dos Reis e Paraty). Alguns levantamentos apontam a existência hoje de oito aldeias fluminenses, das etnias Guarani e Pataxó, situadas em Maricá, Angra dos Reis e Paraty.

Se as aldeias indígenas na região metropolitana do Rio de Janeiro tornaram-se praticamente inexistentes, o mesmo não aconteceu com a presença difusa de indígenas na capital. Segundo o último censo (IBGE, 2010), dos 817.963 autodeclarados indígenas, 315.180 vivem em zonas urbanas no país. Dos 20 municípios com maior número de habitantes indígenas, 10 são capitais, sendo a falta de terras adequadas para sua sobrevivência e a busca por trabalho e estudo as principais motivações para a migração indígena para a zona urbana. Entre os 15.894 indígenas do Estado do Rio de Janeiro, 6.764 vivem na capital (isto é, 44% do total), a maioria em favelas e periferias, tendo como principais demandas moradia, educação e saúde (ALBUQUERQUER, 2015; BERGER, 2018).

A história e a presença indígena parecem, todavia, não ter espaço na imagem da metrópole mundialmente conhecida como “cidade maravilhosa”. Uma ocupação indígena, que reuniu representantes de várias etnias na área do antigo Museu do Índio, ao lado do famoso estádio do Maracanã, simboliza as formas contemporâneas de conflitos entre o poder público e os indígenas na capital fluminense. A partir de notas etnográficas, material bibliográfico, jornalístico e documental, o artigo aborda o caso desta ocupação, conhecida como “Aldeia Maracanã”, com o objetivo de analisar os conflitos, as controvérsias e as resistências colocadas em cena do final dos anos 2000 até o final da década de 2010.

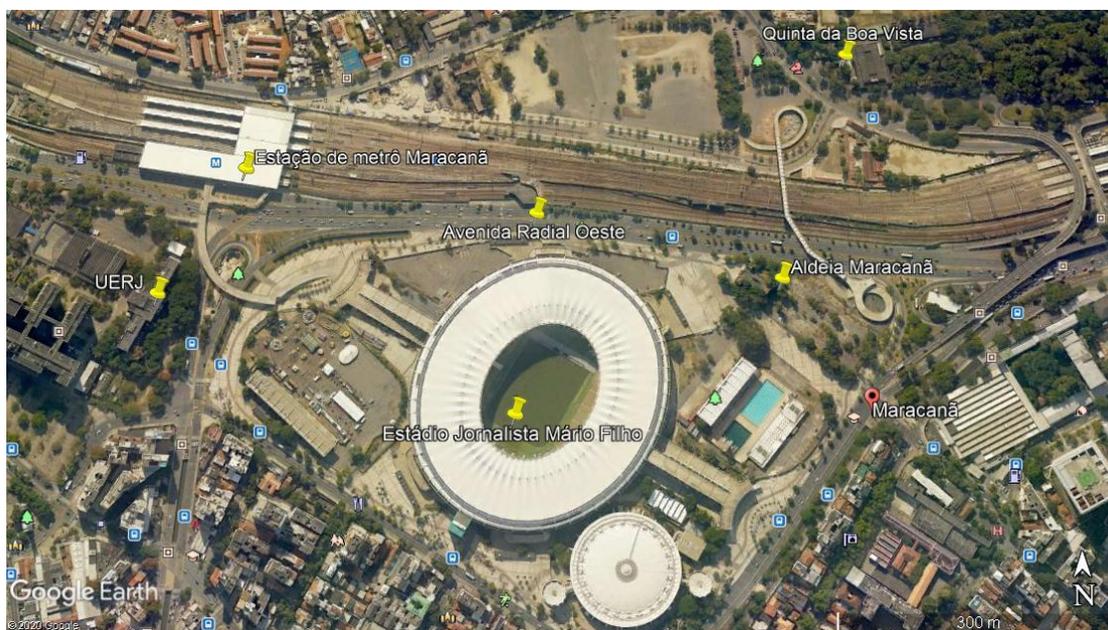
Para organizar nossa argumentação, dividimos o artigo em duas partes. Na primeira, apresentamos a história de formação e a organização social desta ocupação indígena nos seus primeiros anos. Na segunda, mais extensa, descrevemos o desenvolvimento do conflito entre o Governo do Estado e os ocupantes indígenas no contexto de realização dos megaeventos esportivos na cidade (2007 a 2016) e apontamos alguns desdobramentos mais recentes do caso (2017 a 2019), com ênfase

nos efeitos da ascensão da direita ao poder e do fortalecimento dos discursos de ódio contra os povos indígenas. Ao final, questionamos o legado do processo de mercantilização da cidade deixado para estes indígenas e indicamos um possível legado deixado pelo movimento da Aldeia Maracanã, para a luta por reconhecimento dos indígenas em contextos urbanos e pela defesa do patrimônio cultural indígena no Rio de Janeiro e no país.

1 A formação da “Aldeia Maracanã”

A origem do que ficou conhecido como “Aldeia Maracanã” remete a uma ocupação de um antigo prédio no número 126 da Rua Mata Machado, vizinho ao Estádio Jornalista Mário Filho e a poucos metros da Quinta da Boa Vista, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da estação de metrô, em uma área de grande movimentação do bairro Maracanã, na Zona Norte do Rio de Janeiro.

Figura 1 - A Aldeia Maracanã e seu entorno



Fonte: Google Earth, com indicações inseridas pela autora, 2020.

O belo palacete imperial do século XIX pertencia ao Duque de Saxe (genro de Dom Pedro II), que o doou, em 1910, ao Império do Brasil para abrigar o Serviço de

Proteção ao Índio (SPI), primeiro órgão do país voltado à cultura indígena, fundado por Marechal Rondon e onde trabalharam importantes antropólogos brasileiros, como Eduardo Galvão e Roberto Cardoso de Oliveira². Durante um período, as instalações também abrigaram a Escola Nacional de Agricultura (atual Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), criada em 1927.

Retomando sua vocação original, o palacete passou a abrigar, em 1953, o primeiro museu indígena brasileiro, fundado pelo antropólogo Darcy Ribeiro, impulsionando a valorização da cultura material indígena através de pesquisa e catalogação das etnias. Para além de museu, o órgão passou a ocupar uma função central na institucionalização de ações direcionadas às populações indígenas. Foi nele, por exemplo, que ocorreu a oficialização do Dia Nacional do Índio e foi produzido o projeto do Parque Nacional do Xingu, a primeira terra indígena homologada pelo governo federal.

Em 1977, o Museu do Índio foi transferido para um casarão no bairro de Botafogo, na Zona Sul da cidade, e o palacete do Maracanã ficou abandonado até 1984, quando foi doado à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Em 1986, por instrumento particular de cessão de uso, a CONAB cedeu ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento todo o imóvel, incluindo o prédio do antigo museu e seu anexo, onde, desde 1938, funcionava o complexo laboratorial de sementes, responsável pela fiscalização de alimentos de origem nacional e internacional que ingressam no Rio de Janeiro pelo porto e pelos aeroportos, atendendo também outros estados.

O ministério pretendia sediar no prédio uma das unidades laboratoriais destinadas ao estudo e à pesquisa de sementes para cultivo, mas acabou ficando anos sem atividades até ser ocupado, em outubro de 2006, por 35 indígenas provenientes de 17 etnias, liderados, segundo Costa (2011), por um grupo de guajajaras que já vinha acompanhando a situação do terreno há pelo menos três anos. Segundo Albuquerque (2019), a ocupação teria sido encabeçada por um grupo

² Em 1967, o SPI, acusado de corrupção, foi dissolvido. Em seu lugar, foi criada a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), através da Lei nº 5.371, como o órgão federal responsável pelo estabelecimento e execução da política indigenista brasileira. Ligada ao Ministério do Interior, a FUNAI evocava, entretanto, uma contradição flagrante: a de colocar um órgão que deveria defender os direitos dos índios sob a autoridade de um ministério cuja missão era o desenvolvimento, que, entendido da forma mais predatória possível, via os próprios índios como empecilhos (CUNHA, 2012).

de cerca de 12 indígenas (entre eles, Afonso Apurinã, Carlos Tukano, Guarapira Pataxó, Marize Guarani e José Guarajara), que vinha se reunindo entre 2004 e 2005 em espaços cedidos por sindicatos a fim de estruturarem um movimento social em busca da regularização de políticas públicas para os indígenas na cidade.

Abandonado desde os anos 1970, o antigo palacete situa-se em um terreno de 1.500m², em frente ao portão 18 do estádio de futebol – área frequentada por moradores do bairro, transeuntes e, nos dias de jogos, por um grande número de torcedores – despertando a atenção pelos belos detalhes arquitetônicos do imóvel, projetado pelo arquiteto Ary Toledo. Conscientes do valor histórico do prédio, os indígenas se estabeleceram ali, criando um centro cultural designado Instituto Tamoio dos Povos Originários. De acordo com a etnografia de Costa (2011), os índios optaram por ocupar esse espaço como forma de protesto contra o abandono e o descaso que a sociedade confere ao seu patrimônio cultural, material e imaterial, constituindo no local uma espécie de “museu vivo”, no qual a cultura pudesse ser transmitida como vivência. Segundo nos contou um indígena guajajara, “o objetivo era tomar conta do prédio e garantir sua destinação cultural indígena”. Dentre as atividades culturais, predominava no espaço as atividades de música, dança e contação de histórias.

Conforme as famílias indígenas foram se deslocando para o local, a frente do terreno foi sendo ocupada por oito moradias construídas com barro e telha de amianto, algumas equipadas com colchão, redes, televisão, fogão, geladeiras e aparelho de som. Apesar de disporem de alguns eletrodomésticos, os ocupantes acessavam a internet nas *lan houses* do bairro. As moradias Guajajara, Pataxó e Apurinã costumavam ser cedidas para indígenas carentes de um abrigo, quando seus ocupantes originários estivessem fora da cidade. Hortas foram feitas e árvores frutíferas foram plantadas. Também foi construída uma grande oca voltada à realização de eventos e reuniões.

Nos fundos do terreno, funcionavam uma cozinha coletiva e dois banheiros com chuveiro e sanitários, cujo fornecimento de água e energia elétrica era cedido pela CONAB. As roupas e utensílios de cozinha eram higienizados em uma torneira próxima à passagem entre as duas áreas do terreno e as roupas eram lavadas em bacias. Como em outros tipos de ocupação organizada, as tarefas de manutenção do

instituto, como a limpeza dos espaços de uso comum, eram coletivamente partilhadas. Pelas condições das instalações, identificava-se o predomínio de um padrão de vida bastante simples entre os indígenas, sendo que vários deles se sustentavam financeiramente apenas com a venda de produtos de artesanato, a apresentação de músicas e danças em escolas e o trabalho de figuração em programas televisivos. Atrás do prédio do antigo museu, funcionava, na moradia da pajé Iara do Sol, a casa de reza, um importante local de troca e diálogo entre os indígenas e os homens brancos³. Sob as árvores, instalaram-se pequenos bancos de madeira, completando a ambiência humanizada do local antes abandonado.

Além dos muitos estudantes, moradores e turistas da cidade que, despertados por um interesse genérico na chamada “cultura indígena”, passaram a visitar o espaço e frequentar as atividades culturais⁴, o Instituto Tamoio dos Povos Originários tornou-se um lugar de acolhimento tanto de indígenas que já estavam estabelecidos no Rio de Janeiro e não tinham uma rede sólida de apoio quanto daqueles que migravam de diversas regiões do país para a metrópole, reforçando o que Berger (2018) chama de uma solidariedade interétnica.⁵ Por conta da vizinhança com o famoso estádio, com o tempo a ocupação passou a ser chamada de “Aldeia Maracanã”, nome que se difundiu rapidamente a partir de então.

2 Conflitos, controvérsias e resistências (2007-2019)

A tensão começou no ano seguinte à ocupação, quando, no contexto de preparação da cidade para os Jogos Pan-Americanos de 2007, se iniciaram obras de construção de uma passarela em frente a um dos portões do estádio. Naquele

³ Segundo Costa (2011), muitos frequentadores da ocupação eram antes frequentadores da casa de reza. A noção de diálogo era tão importante para os indígenas que o projeto formalizado para a ocupação buscava rebatizar o prédio como “Palácio dos Diálogos”, mostrando que a troca é um valor central para a vida das culturas.

⁴ Ainda que fosse um evento voltado ao público infantil, a contação de histórias, que passou a ocorrer mensalmente a partir de 2009, por exemplo, atraía entre 50 e 80 pessoas em uma tarde, sendo a maioria adultos, incluindo vereadores e membros de secretarias. O fato de a atividade ser sempre iniciada por uma palestra sobre direitos indígenas reforçava o seu caráter também político e o apoio dos frequentadores se dava tanto por meio da participação nessas atividades culturais quanto pela compra do artesanato ou da doação de mantimentos e utensílios para a ocupação.

⁵ Segundo Berger (2018), esse sistema de acolhimento entre os próprios indígenas que vão das aldeias para a cidade é uma das razões para a existência de poucos indígenas morando nas ruas dos grandes centros urbanos.

momento, porém, a intervenção não chegou a afetar o terreno ocupado pelos indígenas, ainda sob controle do governo federal.

Com a eleição do país, em 2007, para sediar a Copa do Mundo de 2014, sendo o Rio de Janeiro uma das cidades-sede, o alívio dos vizinhos ao estádio não duraria muito tempo. Quando a cidade também se elegeu, dois anos depois, como sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Verão de 2016, a ocupação começaria a sofrer as primeiras pressões de despejo empreendidas pelo poder público.

Foi nessa época que chegou ao conhecimento dos indígenas um projeto do escritório Gilson Santos e Carlos Porto Arquitetos – o mesmo que criou o Estádio João Havelange, no bairro de Engenho de Dentro, para os Jogos Pan-Americanos – que estaria nas mesas do Secretário de Defesa Agropecuária e do Coordenador de Apoio Laboratorial, prevendo a demolição do prédio do antigo Museu do Índio e do Complexo Laboratorial do Ministério da Agricultura, que funciona no anexo do terreno, para dar lugar à construção, por uma empresa privada espanhola, de um *shopping center* e de um estacionamento para 3.000 automóveis, além de ampliar a área de circulação do público durante os dois jogos previstos no Maracanã durante a Copa do Mundo.

De olho nas obras de reforma do estádio e de reestruturação dos seus arredores, que previa, entre outros, a demolição do Parque Aquático Júlio Delamare, do Estádio de Atletismo Célio de Barros e da Escola Municipal Friedenreich, o Governo do Estado iniciou a negociação com o Governo Federal acerca da propriedade do terreno. Embora a prefeitura tenha divulgado, em fevereiro de 2012, um projeto de integração entre o Maracanã e a Quinta da Boa Vista, elaborado pelo escritório Burle Marx, propondo que o entorno imediato do estádio fosse revitalizado como área de lazer – com parque, praças, ciclovia –, contemplando a permanência das antigas construções, o governador continuava a enunciar a preparação da cidade para a Copa do Mundo como justificativa para as demolições.

Diante disso, em setembro de 2012, o titular do 1º Ofício de Direitos Humanos e Tutela Coletiva da Defensoria Pública da União do Rio de Janeiro, André da Silva Ordacgy, encaminhou ofício à Federação Internacional de Futebol (FIFA), recomendando que ela se manifestasse contrária à demolição do prédio, inclusive

retirando tal exigência ao Governo do Estado. Surpreendentemente, em sua resposta, o diretor do escritório da FIFA no Brasil, Fulvio Danilas, não apenas esclareceu que a entidade “nunca solicitou a demolição do prédio ao Governo do Estado ou a qualquer autoridade”, mas que “a preservação de edifícios de valor cultural e histórico está, portanto, claramente em linha com os objetivos da FIFA”⁶.

A posição da entidade sobre o caso provocou constrangimento ao governador, enfraquecendo os argumentos a favor da demolição. Apesar disso, com a transferência do terreno para o Governo do Estado, através de promessa de compra e venda no valor de R\$ 60 milhões, o projeto do escritório Burle Marx para a região foi deixado de lado e as pressões psicológicas sobre os indígenas transformaram-se em ameaças cada vez mais diretas. Mais que os outros equipamentos citados, já submetidos à gestão municipal ou estadual, a ocupação do prédio do antigo Museu do Índio representava um entrave à reestruturação urbana que o poder público visava promover no bairro e acabou se tornando um caso emblemático de resistência ao processo de mercantilização da cidade e de enfrentamento com o Estado.

A luta da Aldeia Maracanã não pode, porém, ser vista dissociada do conjunto das lutas de diversos grupos sociais que estavam sendo diretamente afetados pelas obras e demolições na região. Entre estes, citamos os moradores da favela Metrô-Mangueira (há 500m do estádio), os usuários e atletas que utilizavam as instalações do parque aquático e do centro de atletismo (unidades do Complexo Esportivo do Maracanã), os estudantes e professores da Escola Municipal Friedenreich (vizinha também ao estádio), além dos torcedores e ativistas que lutavam contra a elitização do futebol no movimento “O Maraca é nosso!” (CASTRO, 2016).

Ao contrário dos integrantes da Aldeia Maracanã, que reivindicavam a restauração do prédio pelo seu valor histórico e cultural e defendiam a criação ali da primeira universidade indígena do país⁷, o governador Sérgio Cabral declarava não haver nenhum tombamento que impedisse a demolição do prédio e a construção de novos equipamentos. No processo que colocou os indígenas e o Governo do Estado em posições antagônicas, as controvérsias a respeito do tombamento do prédio e da

⁶ Resposta ao ofício nº NPDU-RJ/065/2012/GAB/1º DHTE/ASO, de 10 de setembro de 2012.

⁷ A ideia consistia em se criar uma instituição pioneira que promovesse o ensino de história, cultura e línguas indígenas das cerca de 240 etnias existentes no país – de acordo com os ditames da Lei nº. 11.645, de 10 de março de 2008 – e que fosse administrada inteiramente por indígenas.

permanência dos índios no local constituíram os dois pomos da discórdia.

Em outubro de 2012, quando o Governo do Estado já anunciava a demolição do prédio, baseado na inexistência de registro de tombamento no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)⁸, a Defensoria Pública da União no Rio de Janeiro ajuizou duas Ações Cíveis Públicas, obtendo duas liminares, da 8ª e 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro, favoráveis aos indígenas: uma que impedia a demolição do prédio e outra que proibia a retirada dos integrantes da Aldeia Maracanã.

Diante das primeiras intervenções urbanas realizadas na região, como o início da nova reforma do estádio e a posterior interrupção das atividades no parque aquático e no centro de atletismo, as críticas dos diversos grupos impactados passaram a se unir por meio das diversas manifestações convocadas pelo Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio ao longo desse período⁹ e da audiência pública convocada pelo Governo do Estado, no dia 8 de novembro de 2012, sobre a concessão do Complexo Esportivo do Maracanã à iniciativa privada.

Cinco dias após a realização dessa audiência, cuja validade foi contestada por parlamentares e pelo grande público presente, a desembargadora Maria Helena Cisne, presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), revogou as duas liminares a favor dos indígenas e autorizou a desapropriação do prédio do antigo Museu do Índio, argumentando que a ocupação causaria prejuízo à segurança e à economia públicas. Em sua decisão, destacou ainda que não havia documentos no processo que comprovassem o tombamento do imóvel como patrimônio histórico e artístico. Diante do risco eminente de desapropriação, apoiadores do movimento indígena começaram a chegar na ocupação vindos de todas as partes do país¹⁰.

Lamentando a decisão da desembargadora, no dia seguinte o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio, ao final de uma nota pública em que criticava a audiência e felicitava a iniciativa de alguns parlamentares de proporem um

⁸ Cabe lembrar que a existência de tombamento do estádio desde o ano 2000 não foi impedimento para que o IPHAN autorizasse o Governo do Estado a modificar completamente o conjunto arquitetônico original na reforma para a Copa das Confederações (2013) e a Copa do Mundo (2014).

⁹ Para mais informações sobre este movimento social, ver FREIRE (2016; 2019).

¹⁰ Sobre as estratégias políticas do movimento de resistência da Aldeia Maracanã, inclusive o uso potencial das redes sociais na mobilização de um grande grupo de “apoiadores”, não necessariamente indígenas, ver Pinto (2014).

plebiscito para se decidir sobre o modelo de gestão do estádio, alertava sobre a iminência de uma ação de despejo e demolição do antigo Museu do Índio, convocando os militantes a participarem de uma vigília na ocupação indígena.¹¹

No dia 16 de novembro, a Defensoria Pública da União entrou com recurso de embargos de declaração para esclarecer a situação e tentar reverter as cassações. A alegação da desembargadora sobre o valor histórico do imóvel foi contestada pelo defensor Daniel Macedo, que esclareceu que o prédio estava tombado pelo decreto municipal nº 20.048, de 11 de junho de 2001, que impede a demolição de edificações construídas até o ano de 1937 sem o pronunciamento favorável do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro. O recurso, porém, não obteve resposta naquele momento, deixando os indígenas sob tensão na passagem de ano.

Se o ano de 2012 terminou em clima de insegurança e vulnerabilidade, os primeiros meses de 2013 foram fatídicos para o movimento da Aldeia Maracanã. No dia 12 de janeiro, o prédio do antigo Museu do Índio amanheceu cercado pelo Batalhão de Choque da Polícia Militar (PM). Segundo a PM, sua presença no local visava garantir o cumprimento da decisão judicial da desembargadora Maria Helena Cisne. Simpatizantes convocados pelas redes sociais, advogados e parlamentares que atuam na defesa dos direitos humanos se dirigiram imediatamente ao local na tentativa de averiguar a legitimidade da ação e tentar evitar que ela desencadeasse atos de violência. O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, deputado Marcelo Freixo, constatou, entretanto, a ausência de documento judicial de emissão de posse e o atendimento às exigências legais para a realização da desapropriação, o que possibilitou impedir a expulsão dos indígenas na ocasião, dando-lhes mais tempo para defesa.

Dois dias após o equivocado cerco policial, o Ministério Público Federal (MPF), por meio da Procuradoria Regional da República da 2ª Região (PRR2), propôs recurso ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) para impedir a demolição do prédio, pedindo que voltasse a vigorar a proibição obtida pela Defensoria Pública da União. De acordo com o MPF, a suspensão das liminares era

¹¹ <https://comitepopulario.wordpress.com/2012/11/>. Acesso em: out. 2013.

incabível ao permitir, com uma decisão de efeito provisório, a destruição permanente e irreversível de patrimônio público de valor histórico, cultural e arquitetônico singular que deveria ser protegido. O recurso do MPF referia-se ainda à declaração da FIFA de que não exigiu a demolição e se mostrava favorável à preservação do patrimônio, ao repúdio do IPHAN à sua destruição e à avaliação do Conselho Regional de Engenharia de que o imóvel não prejudicaria a circulação de pessoas durante a Copa do Mundo.

Poucos dias após a ação do MPF, a Procuradoria Geral do Estado notificou os indígenas a desocuparem o prédio no prazo de dez dias. Em seguida, a então ministra da cultura, Marta Suplicy, reuniu-se com o governador para defender a preservação do imóvel e a manutenção dos indígenas, declarando que o IPHAN teria recomendado seu tombamento. Em nota, a ministra afirmou que o país respeita e valoriza a diversidade, esperando “que prevaleçam o interesse na preservação do patrimônio material e imaterial e a sensibilidade do Governo do Estado” (LEITE, 2013).

O apoio do Ministério da Cultura aos indígenas, contudo, não alterou em nada os planos do Governo do Estado, que negou ter recebido qualquer recomendação do IPHAN para preservar o prédio. Em resposta à ministra, emitiu a seguinte nota:

O objetivo do governo é garantir a urbanização e mobilidade do público em torno do Maracanã. Há uma verdadeira distorção dos fatos históricos e recentes. O governo do Rio tem trabalhado com as aldeias indígenas do estado de forma respeitosa e parceira. Chamar de “Aldeia Maracanã” a invasão, em 2006, de um prédio federal abandonado é na verdade um desrespeito ao conceito de aldeia indígena (LEITE, 2013, s/p).

Estes breves pronunciamentos ilustram boa parte das questões em jogo no conflito, envolvendo diferentes valores e interesses e, sobretudo, distintas representações a respeito do movimento, cujos integrantes ora eram vistos como indígenas em busca de reconhecimento de sua identidade e de sua cultura, ora como invasores e oportunistas (FREIRE, 2019).

Assim como o cerco policial e a notificação de desapropriação aumentaram a tensão dentro do prédio, aumentou o número de pessoas que se instalam no local para fortalecer a resistência dos indígenas e de notas de apoio e abaixo-assinados publicados na internet por organizações sociais de defesa dos direitos humanos.

Dentre as entidades que se manifestaram sobre o caso, a Comissão de Assuntos Indígenas da Associação Brasileira de Antropologia (CAI/ABA) publicou, em 21 de janeiro de 2013, uma nota demonstrando preocupação quanto à “forma leviana” como estava sendo tratado o movimento da ocupação e sugerindo que governo e prefeitura colocassem em prática “o diálogo intercultural como tarefa imperativa do poder público”.¹²

Diante da pressão social cada vez maior, o governo acabou desistindo da demolição do prédio. Em fevereiro de 2013, após reunião com uma comitiva do Comitê Olímpico Internacional (COI), que visitou a cidade para analisar os projetos para os Jogos Olímpicos, o governador propôs, todavia, transformá-lo em Museu Olímpico, sendo que a restauração do imóvel e a gestão da instituição ficariam sob responsabilidade do Comitê Olímpico Brasileiro.

Apesar de o novo projeto prever a manutenção do prédio, com destinação totalmente distinta daquela demandada pelos indígenas, as críticas ao governo não cessaram, do mesmo modo que a ação de reintegração de posse prosseguiu com força. Para negociar a desocupação do imóvel, representantes do governo ofereceram aos indígenas a realocação provisória em alojamentos na antiga Colônia de Curupaiti, criada em 1929 para isolar e tratar pessoas com hanseníase no bairro de Jacarepaguá, distante cerca de 25km do Maracanã, até que fosse demolido um antigo presídio na Quinta da Boa Vista e o terreno lhes fosse cedido.

Diante da instauração de uma verdadeira “comunidade de aflição” (TURNER, 1972), o grupo começou a enfraquecer e se dividir. Com a intensificação das pressões e do número de pessoas engajadas na ocupação, as cisões internas acentuaram-se, instaurando um verdadeiro “racha”, que se espelhava, inclusive, nas disputas entre as lideranças indígenas, de diferentes etnias, na condução do movimento (PINTO, 2014). Alguns indígenas, liderados pelo cacique Carlos Tukano, com medo de nada lhes restar e visando ganharem tempo para se reestruturarem, acabaram aceitando a proposta de abrigo provisório oferecida pelo governo. Outros, liderados por José Urutau Guajajara, tentaram negociar sua permanência até o último minuto, sem chegar a um acordo com o governo sobre suas reivindicações. Apesar dessa cisão, para o público externo os indígenas exploravam a imagem de união do grupo, por

¹² <https://cimi.org.br/2013/01/34382/>. Acesso em: ago. 2017.

exemplo, nos rituais de dança e canto que passaram a ser registrados por muitos jornalistas, brasileiros e estrangeiros, às vésperas da desocupação.

Poucos dias antes do desembargador Marcus Abraham autorizar a desapropriação do prédio, o então recém-empossado Secretário de Esportes e Lazer, André Lazaroni, pronunciou, em entrevista a um jornal, alguns dos principais argumentos utilizados pelos críticos da ocupação, desqualificando a própria identidade do grupo e reduzindo-o à massa de manobra dos opositores políticos do governo. Sobre os indígenas ocupantes, afirmou categoricamente:

Eles têm de sair. Estão ali ilegais. Aquilo ali é um Museu do Índio, não é uma aldeia. Esses índios que estão aqui, será que têm a mesma legitimidade que têm os índios? Porque índio mesmo mora na floresta, não é? Índio mesmo a gente está protegendo na Amazônia. Eles estão lá gerando riqueza para a sua tribo. Os índios que estão aqui na verdade hoje são instrumentos políticos de partidos de oposição (COSTA; SEDA, 2013, s/p).

No dia 22 de março de 2013, uma sexta-feira, o entorno do prédio amanheceu cercado pelo Batalhão de Choque da Polícia Militar, com quatorze viaturas e veículos blindados posicionados nos arredores do imóvel, além de um helicóptero sobrevoando a área. O número de ocupantes a se retirar do prédio, entretanto, era muito maior do que o dos que estavam meses antes no local. Diante da inevitabilidade da desocupação, os indígenas e apoiadores se reuniram para discutir como procederiam. Com a mediação de alguns parlamentares e do defensor público Daniel Macedo, deliberaram pela saída pacífica do imóvel, considerando haver, entre eles, idosos, mulheres e crianças. A polícia militar, porém, não se conteve e agiu com truculência, utilizando armas de efeito moral em excesso, além de prenderem ativistas e estudantes que protestavam em defesa da ocupação.

Tal como relatado pelos que estavam no local, a repercussão do episódio na mídia nacional e internacional foi dramática. Quando boa parte dos indígenas já havia deixado o prédio, restando apenas 15 deles que faziam um ritual e haviam acendido uma fogueira, a polícia descumpriu o acordo e invadiu o local antes do combinado, atingindo indígenas, manifestantes e repórteres com gás lacrimogêneo e spray de pimenta. Porém, segundo o coronel Frederico Caldas, relações públicas da Polícia Militar, os policiais teriam invadido o prédio porque os manifestantes não respeitaram o horário acordado e para permitir a entrada dos bombeiros e evitar que um incêndio se alastrasse (BARRETO *et al.*, 2013).

Após a desocupação, o imóvel ficaria sob a vigilância de agentes do 4º Batalhão de Polícia Militar (São Cristóvão), até o início das obras previstas pelo Governo do Estado na área. Os 12 indígenas que aceitaram o acordo com o governo passaram duas noites em um hotel no centro da cidade, deslocando-se em seguida para o alojamento em contêineres na antiga colônia de hanseníase, na Zona Oeste. Assim como no antigo Museu do Índio, tentaram aos poucos reproduzir no novo local a vida de uma aldeia urbana.

Embora o Governo do Estado tenha garantido enviar suprimentos básicos, pouco tempo depois alguns veículos de comunicação já denunciavam as más condições de vida no local, com infraestrutura precária e dificuldade de os indígenas venderem seu artesanato. Como lamentou Affonso Apurinã, em entrevista à Agência Brasil: “Estamos neste lugar, dentro de contêineres, como se fôssemos mercadoria. Falta melhorar muito. Queremos ver o nosso espaço. Espero que o governo decida logo qual empresa vai começar as obras” (PLATONOW, 2013, s/p). No terreno prometido, na Quinta da Boa Vista, os indígenas pretendiam construir ocas de apresentação e de cura, além de uma loja para venda de artesanato, uma cozinha comunitária e um alojamento para os indígenas que estivessem de passagem pela cidade.

O outro grupo teve destinação diversa. No dia seguinte à desapropriação do antigo Museu do Índio, sábado, 21 indígenas que recusaram a proposta do governo e cerca de 40 manifestantes ocuparam o atual Museu do Índio, na Zona Sul da cidade, por 15 horas, até serem retirados por policiais federais e militares dos Batalhões de Choque e de Operações Especiais. Na segunda-feira, enquanto os demais se dirigiam para o alojamento de Jacarepaguá, os indígenas que ainda protestavam foram convocados pelo juiz federal Wilson José Witzel para uma tentativa de reconciliação, com a presença também da procuradora da república Marylucy Santiago Barra e do ouvidor da FUNAI Paulo Celso de Oliveira, mas, após mais de sete horas de reunião, não houve acordo. Após visitar o local, o juiz federal de plantão posicionou-se contra o retorno dos indígenas ao Maracanã: “É um canteiro de obras, com sérios riscos, inclusive para as crianças”, disse a um jornal na

ocasião.¹³ Decepcionado com a falta de alternativas propostas pela FUNAI, que somente ofereceu hospedá-los por quatro dias num albergue, José Urutau Guajajara declarou: “Não estou defendendo nossa casa, mas nosso patrimônio. É a minha história e a dos meus ancestrais que estão naquele lugar. E patrimônio não se vende” (CARIELO *et al.*, 2013).

Com o fracasso nas negociações, os indígenas se dispersaram pela cidade. Metade deles, porém, deslocou-se para o Centro de Etnoconhecimento Sócio-Cultural e Ambiental Cauieré (CESAC), uma associação indígena sem fins lucrativos situada no bairro de Tomás Coelho, também na Zona Norte.¹⁴ No novo local de moradia, os indígenas continuaram a realizar atividades culturais, receber voluntários e apoiadores e a se identificar pelo nome de Aldeia Maracanã, conforme faixa exibida na entrada do imóvel. Com o apoio de vários ativistas e organizações sociais, continuaram lutando, nas ruas e na esfera judicial, pela reapropriação do prédio do antigo Museu do Índio e pela preservação de sua cultura.

O ano de 2013 também foi marcado por grandes protestos que se espalharam nas ruas de várias cidades do país, durante a Copa das Confederações. Na 13ª manifestação ocorrida no Rio de Janeiro, no mês de junho, cerca de 30 indígenas da Aldeia Maracanã, também estiveram, como nos demais atos, presentes. Aproveitando a atmosfera política contestatória no país, naquela mesma tarde do dia 27 de junho, os advogados do grupo entraram com novo recurso na justiça para tentar a reintegração de posse do prédio do antigo Museu do Índio. Como relatou a um jornalista o advogado Aarão da Providência Araújo Filho, da etnia Guajajara, “sabemos que quem vai nos reintegrar à Aldeia Maracanã somos nós que estamos nas ruas. Nós é que somos os defensores públicos dos direitos humanos. Viemos aqui pedir apoio à população” (STURM, 2013, s/p).

Para alguns de seus integrantes, o movimento da Aldeia Maracanã teria sido precursor das grandes manifestações que tomaram as ruas da cidade naquele ano. Participar das mobilizações coletivas convocadas por outros movimentos significava, contudo, não só reforçar o desejo coletivo por uma cidade mais democrática e justa,

¹³ Matéria da Gazeta do Povo (24/03/2013): <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/juiz-impede-que-indios-voltem-ao-maracana-b5kclr9acgiehnuo1k7ntu98u>. Acesso em: mai 2013.

¹⁴ O CESAC é registrado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) desde 1993, e funciona em uma antiga instalação da empresa Metrô Rio. Cauieré é, entre outros, o nome de uma ave semelhante à coruja.

mas manter a vitalidade de sua própria causa, evitando que a luta da Aldeia Maracanã se diluísse entre tantos conflitos recrudescidos no rastro de preparação da cidade para os megaeventos esportivos. Talvez seja este o significado mais profundo do lema repetidamente entoado pelo grupo: “Aldeia, Resiste! Aldeia, Resiste!”

Diante do clima de intensa insatisfação social, evidenciado no seu mais baixo índice de popularidade, o governador Sérgio Cabral anunciou uma mudança de posição, “mais humilde” – segundo ele, promovida pela dificuldade de ter ouvido os manifestantes e por ter sido tocado pela visita do Papa Francisco à cidade, por ocasião da Jornada Mundial da Juventude, também realizada em junho daquele ano. Em relação às intervenções na área do Maracanã, declarou ter desistido de demolir o Parque Aquático Júlio Delamare e reconsiderar a destinação do prédio do antigo Museu do Índio. No final de julho, convocou uma reunião entre a secretária estadual de cultura, Adriana Rattes, e os indígenas da Aldeia Maracanã para definir a elaboração do projeto de um futuro centro de referência da cultura indígena na área no antigo Museu do Índio. Em nota, a secretaria propôs que a gestão do centro fosse composta por um conselho permanente formado por representantes do estado, indígenas de várias etnias do país e sociedade civil.

Oportunamente, alguns indígenas ocuparam novamente o prédio do antigo Museu do Índio no dia 5 de agosto de 2013, com o objetivo de promover a discussão do processo de devolução do prédio para o movimento, de modo que o futuro centro de referência fosse administrado por indígenas. Com um número menor de ocupantes e apoiadores (15 a 30 pessoas), o prédio, porém, foi facilmente desocupado pela polícia. No início de dezembro, houve uma nova tentativa de ocupação, mas a polícia conseguiu expulsar todos os ocupantes, apesar da maior visibilidade dada ao grupo devido à resistência de José Guajajara, que permaneceu em cima de uma árvore por 48 horas. Próximo ao período de festas de fim de ano, a mobilização se enfraqueceu.

No dia 16 de dezembro de 2013, o Governo do Estado publicou o decreto nº 44.525, promovendo a afetação do prédio a atividades indígenas e, logo depois, o protocolo de intenções foi assinado visando à implantação do Centro de Referência da Cultura dos Povos Indígenas. De acordo com Albuquerque (2019), a Secretaria de

Estado da Cultura chegou a montar três grupos de trabalho para encaminharem propostas, respectivamente em torno da regularização do centro, do conteúdo cultural e do uso provisório do espaço do antigo Museu do Índio. Em março de 2014, o grupo de trabalho responsável pelo conteúdo – do qual participaram, além de representantes indígenas, membros da Fundação Darcy Ribeiro e do Programa de Estudos dos Povos Indígenas (Pró-Índio) da UERJ – apresentou a proposta de lançamento do Centro de Referência no dia 19 de abril, quando se celebra o Dia do Índio, com uma extensa programação cultural. Na ocasião de lançamento do centro, previa-se ainda entregar as chaves dos apartamentos para os indígenas que estavam precariamente alojados em Jacarepaguá, lançar o edital do projeto arquitetônico do centro e realizar a posse do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas (Cedind).

Em abril de 2014, o governador Sérgio Cabral deixou seu cargo ao vice-governador Luiz Fernando Pezão para disputar uma vaga no Senado e até junho nenhuma das ações previstas foram implementadas. Todas as atenções voltavam-se para a realização da Copa do Mundo da FIFA, cuja abertura e encerramento ocorreriam no estádio do Maracanã, e para as eleições presidenciais de outubro. Durante o campeonato de futebol, que ocorrera em doze cidades brasileiras sob protestos, a presidenta Dilma Roussef entregou as chaves dos apartamentos de um condomínio do Programa Minha Casa, Minha Vida, na região central do Rio de Janeiro, às 22 famílias indígenas que estavam provisoriamente alojadas na Zona Oeste.

Apesar da mudança radical de moradia, os indígenas alegavam que tentariam preservar suas tradições. “Só não tem como a gente caçar e fazer nossa fogueira. Mas não vou deixar de preparar meu peixe assado na folha de bananeira. A diferença é que vou dourar meu alimento no forno”, relatou, à época, a um jornalista uma índia da etnia Pataxó (BERTOLUCCI, 2014, s/p). Enquanto os indígenas que se mudaram para os apartamentos tentavam se adaptar ao novo espaço de moradia, os que recusaram a oferta continuaram a resistir, criticando o projeto de transformar o prédio do antigo Museu do Índio em um centro cultural e lutando pela criação de uma universidade indígena, pois, do ponto de vista de José Urutau Guajajara, “em uma universidade cabem muitos centros culturais, mas em um

centro cultural não cabe uma universidade”.

Após a Copa do Mundo, o prédio do antigo Museu do Índio seguiu vazio, contando apenas com a presença de uma viatura policial, que fazia a sua vigilância e testemunhava, impassível, a sua degradação. Essa situação em nada se alterou até 2016, quando a cidade sediou os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Verão, cuja abertura e encerramento também ocorreram no estádio do Maracanã.

Consideramos que a crise política que se iniciou no país em 2015, culminando no turbulento processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (PT) e na prisão de vários empresários e políticos envolvidos em corrupção, inclusive do ex-governador Sérgio Cabral (PMDB), somada ao decreto de calamidade pública financeira do Estado do Rio de Janeiro¹⁵, tenham contribuído para a estagnação do processo de criação do centro de referência da cultura indígena.

Em 2017, quatro anos depois da dramática desocupação, o prédio do antigo Museu do Índio permanecia abandonado. A área externa do terreno, porém, aos poucos voltou a ser ocupada por alguns indígenas, liderados por José Urutau Guajajara, com a eventual realização de oficinas, cursos e rituais abertos ao público, como uma estratégia de remarcar o território. Com o término do ciclo dos megaeventos na cidade e sem a vigilância de antes, algumas famílias indígenas construíram moradias de pau-a-pique e outros espaços de convivência, fazendo surgir uma nova ocupação, agora batizada como Associação Indígena Aldeia Maracanã.

Ainda que alguns indígenas tenham voltado a ocupar o terreno do antigo Museu do Índio, após a realização dos Jogos Olímpicos, com a ascensão da direita ao poder, a partir da eleição de Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal, como presidente e do seu aliado político Wilson Witzel, do Partido Social Cristão, como governador do Rio de Janeiro, as ameaças voltaram, com a omissão também do prefeito e bispo da Igreja Universal do Reino de Deus Marcelo Crivella, do Partido Republicano Brasileiro.

A despeito de todas as negociações e decisões encaminhadas nos anos

¹⁵ Através do Decreto nº 45.692, de 17 de junho de 2016, o governador em exercício Francisco Dornelles oficializou o estado de calamidade pública financeira do estado, autorizando as autoridades competentes a adotarem medidas excepcionais necessárias à racionalização de todos os serviços públicos essenciais, com vistas à realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

anteriores, os debates em torno da Aldeia Maracanã começaram a ser retomados em função das intenções do novo governador sobre a gestão do Complexo Esportivo do Maracanã. Ainda como pré-candidato, Witzel defendeu, em entrevista ao jornal Lance (ARAÚJO, 2018), a modernização e a gestão do estádio por meio de uma parceria público-privada. Ao ser indagado sobre a Aldeia Maracanã, declarou:

Não me parece que haja qualquer indício de que ali, outrora, tenha sido algum tipo de aldeamento indígena. Então, ao assumirmos o Governo do Estado, é bem provável que nós possamos colocar isso em discussão para que aquela região toda seja efetivamente usada de forma útil. Se puder preservar aquele prédio, ótimo. Se não puder preservá-lo, será, evidentemente, discutida a demolição. Ali precisa ser uma área valorizada. Até por questões de segurança, desenvolvimento econômico (ARAÚJO, 2018, s/p).

Apesar de ter atuado como juiz, em 2013, na negociação após a desocupação do Museu do Índio, em Botafogo, Witzel afirmou, em outra entrevista cedida logo após sua eleição: “Não sei por que chamam aquilo de Aldeia Maracanã. Não tem nada histórico ali. Tem que ser analisado o aspecto econômico” (GOULART; MAGALHÃES; SCHMIDT, 2018, s/p). Um ano depois, o governador chegou a divulgar em uma rede social sua intenção de restaurar o prédio e entregar a gestão para a iniciativa privada. Nos primeiros dois anos de governo, porém, não houve qualquer intervenção no prédio tampouco a retomada do projeto do centro de referência da cultura indígena.

Os indígenas seguem preservando a área externa do prédio e desenvolvendo atividades culturais abertas, mas não deixam de enfrentar ameaças diretas de aliados políticos do presidente e do governador. Em 4 de janeiro de 2019, ao jornal O Globo (CAPELLI, 2019) o deputado estadual Rodrigo Amorim (PSL) se referiu à ocupação como um “lixo urbano” situado em um dos trechos mais importantes da cidade do ponto de vista logístico. Segundo ele, o local poderia servir como estacionamento, shopping, área de lazer ou equipamento acessório do próprio estádio. Em suas palavras, desqualificou ainda a ocupação indígena:

A Aldeia Maracanã é um terreno baldio, cheio de mato e lixo. Lugar de refúgio que tem imigrantes sem relação com índio algum. Há ali uma oca para travestir o lugar e fazer alguma ilação, mas a verdade é que virou uma cracolândia, um ponto de consumo de drogas para delinquentes e marginais (CAPELLI, 2019, s/p).

Por fim, o parlamentar sugeriu que “quem gosta de índio deveria ir para a Bolívia”, pois “além de ser comunista, ainda é presidida por um índio”, provocando

um incidente diplomático. Na mesma matéria, o jornal publicou a posição oposta do deputado estadual Flávio Serafini, do Partido Solidariedade e Liberdade:

A Aldeia Maracanã é um reflexo de como a questão indígena é mal resolvida e secundarizada no Brasil e no Rio de Janeiro. Há de se buscar a construção de um espaço onde as tradições indígenas sejam respeitadas e valorizadas. Querer destruir isso é querer destruir a cultura indígena como um todo.

Procurado também pelo jornal, o governador Witzel afirmou, por meio de sua assessoria de imprensa, que precisava “analisar tudo, inclusive a questão jurídica, para poder tomar alguma decisão sobre o caso”.

Da parte dos indígenas, os ataques não ficariam sem resposta. Além de tomar as devidas medidas judiciais, o grupo realizou um ato no dia 20 de janeiro, como parte da mobilização nacional contra o genocídio indígena. Na ocasião, a Aldeia Maracanã sediou atividades de protesto, mas também mutirões de limpeza, plantio e construção, rodas de canto, oficinas de artesanato e pinturas corporais, tal como durante a primeira ocupação.

No dia 22 de março de 2019, Rodrigo Amorim voltou a atacar a ocupação. Juntamente com o deputado Alexandre Knoploch (PSL) e dois assessores (policiais militares à paisana), o parlamentar fez uma visita surpresa ao local a fim, segundo ele, de vistoriar o prédio, mas acabou sendo expulso pelos indígenas, gerando um princípio de tumulto. A ação do parlamentar foi duramente criticada por Sérgio Potiguara, membro suplente do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas (instituído, em janeiro de 2018, pelo Decreto nº 46.218), que o acusou de fomentar discurso de ódio e racismo institucional, e pelo deputado Flávio Serafini, que definiu a ação como uma clara tentativa de intimidação. Entre ataques e manifestações de apoio, a Aldeia Maracanã continua resistindo no local.

Considerações finais

A transformação provisória da “cidade maravilhosa” em “cidade olímpica” representou um novo processo de conquista e desenvolvimento aos olhos das autoridades, mas também de exploração e desrespeito, aos olhos das populações que foram negativamente afetadas pelas obras e pelos projetos de revitalização urbana implementados. Finalizado o ciclo dos megaeventos, qual foi o legado deixado para os indígenas da Aldeia Maracanã?

Como procuramos mostrar, o conflito entre os ocupantes do prédio do antigo Museu do Índio e o Governo do Estado do Rio de Janeiro revelou todas as forças, a favor e contra, envolvidas no projeto de construção de uma cidade voltada para o capital, na qual parece não haver espaço para as populações tradicionais. De acordo com Berger (2018), se a questão fundiária é um dos elementos centrais no debate sobre os povos indígenas, a luta pela terra e pelos direitos sociais assume também para os indígenas em contextos urbanos um lugar de destaque nos conflitos na cidade do Rio de Janeiro, como no caso da Aldeia Maracanã.

Além da luta pelo solo urbano, um dos desafios enfrentados por esta população nas cidades é a luta por seu próprio reconhecimento como indígenas. Na concepção de senso comum de parte da sociedade e de vários agentes públicos, aquele que migra da aldeia para a cidade deixaria de ser índio, sendo visto como um objeto fora do lugar (COSTA, 2011). É com base em representações equivocadas sobre o que é “índio” e o que é “aldeia” que alguns agentes públicos tem desqualificado a Aldeia Maracanã. Porém, para os ocupantes “ser indígena” equivale a ter uma etnia como referência de valores e identidade, mesmo não tendo nascido ou crescido na aldeia, mas também a estar em um limbo, pois, para a sociedade em geral, pouco importa a etnia.

Segundo Albuquerque (2019), o “discurso anti-indígena nas cidades” atualiza o projeto de poder tutelar e suas categorias, como a de ‘desaldeados’, carregando em seu sentido a suposição de que os indígenas abdicaram da proteção e da assistência dos órgãos públicos, como a FUNAI, instaurando uma forma de preconceito político-administrativo. Todavia, ainda em 2013, a própria FUNAI havia se manifestado sobre o caso da Aldeia Maracanã, alegando não haver políticas específicas e diferenciadas para atendimento de indígenas nas cidades, reforçando o limbo jurídico.

Na medida em que os integrantes da Aldeia Maracanã também obtiveram expressivo apoio de outras organizações sociais, atores estatais e sociedade civil, consideramos que este movimento tem deixado um legado importante para o reconhecimento dos indígenas em contextos urbanos e das suas demandas por direitos sociais, como moradia, saúde e educação. Além disso, a luta pela defesa do patrimônio cultural indígena no Rio de Janeiro expressa nada mais do que o

disposto na Constituição Federal, tendo o poder público, com a cooperação da sociedade, o dever de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro. No caso em tela, trata-se não apenas do valor arquitetônico e simbólico do prédio, estreitamente ligado à história do indigenismo brasileiro, mas também dos saberes e práticas dos povos indígenas existentes no território nacional desde antes da colonização portuguesa.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Marcos Alexandre dos Santos. Indígenas na cidade do Rio de Janeiro. *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, Rio de Janeiro, nº 7, pp. 149-168, jan./jun. 2015.

ARAÚJO, Alexandre. E(L)eição RJ – Wilson Witzel: “Vamos retomar negociações com o consórcio”. *Lance*, 21 set. 2018. Disponível em: <<https://www.lance.com.br/futebol-nacional/eicao-wilson-witzel-vamos-retomar-negociacoes-com-consocio.html>>. Acesso em: jul. 2020.

BARRETO, Diego; et al.. Aldeia Maracanã vai para Jacarepaguá. *O Globo*, Rio, 23 mar. 2013.

BERGER, William. *Índios na cidade do capital: indígenas em contexto urbano na cidade do Rio de Janeiro em tempos de barbárie (2012-2017)*. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

BERTOLUCCI, Rodrigo. Removidas da Aldeia Maracanã, famílias indígenas se mudam para a Frei Caneca. *O Globo*, Rio, 12 jul. 2014

CAPELLI, Paulo. ‘Aldeia Maracanã é lixo urbano. Quem gosta de índio, vá para a Bolívia’, diz Rodrigo Amorim. *O Globo*, Rio, 04 jan. 2019.

CARIELO, Gabriel; et al.. Impasse indígena. *O Globo*, Rio, 25 mar. 2013.

CASTRO, Demian Garcia. “O Maraca é nosso!”: de “monumentalidade das massas” ao “padrão-FIFA” – neoliberalização da cidade, elitização do futebol e lutas sociais em torno do Maracanã, 2016, 257f. Tese (doutorado em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

COSTA, Daniele Ferreira. *Quando os índios vêm para a cidade: magia e narrativa no Instituto Tamoio dos Povos Originários*. 2011, 129f. Tese (mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

COSTA, Felipe; SEDA, Vicente. Novo secretário revela: Maracanã vai reabrir com duelo entre ex-jogadores. *G1*, 19 mar. 2013. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-das-confederacoes/noticia/2013/03/novo-secretario-revela-maracana-vai-reabrir-com-partida-entre-ex-jogadores.html>>. Acesso em: abr. 2013.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

FREIRE, José Ribamar Bessa; MALHEIROS, Márcia Fernanda. *Aldeamentos indígenas no Rio de Janeiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

FREIRE, Leticia de Luna. Indígenas na “cidade olímpica”: o caso da Aldeia Maracanã In: KANT DE LIMA, Roberto; REIS MOTA, Fabio; VEIGA, Felipe Berocan (orgs). *Pensando o Rio: meio ambiente, espaço público e conflitos identitários* (v. 3). Niterói: Intertexto, 2019, pp. 13-37.

FREIRE, Leticia de Luna. Les Jeux Olympiques pour qui? Les actions du Comité populaire de la Coupe du monde et des Jeux Olympiques de Rio de Janeiro contre un modèle urbain d'exclusion. *Problèmes d'Amérique Latine*, n° 103 (4/16), 2016, pp. 95-120.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Os indígenas no Censo Demográfico de 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

GOULART, Gabriela; MAGALHÃES, Luiz Ernesto, SCHMIDT, Selma. ‘Vamos criar um disque-corrupção’, anuncia Wilson Witzel, governador eleito no Rio de Janeiro. *O Globo*, Rio, 04 nov. 2018.

LEITE, Renata. Ministra quer tombar o antigo Museu do Índio. *O Globo*, Rio, 25 jan. 2013.

PINTO, Vinícius da Cruz. *“Aldeia Resiste”: uma etnografia das estratégias políticas da “Aldeia Maracanã” no Rio de Janeiro*, 2014. 110f. Tese (mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

PLATONOW, Vladimir. Índios expulsos da Aldeia Maracanã vivem momento de expectativa em local provisório. *Agência EBC*, 19 abr. 2013. Disponível em: <<https://www.ebc.com.br/cidadania/2013/04/indios-expulsos-da-aldeia-maracana-vivem-momento-de-expectativa-em-local-provisorio>>. Acesso em: abr. 2013.

STURM, Heloísa Aruth. Indígenas da Aldeia Maracanã participam de ato no Rio. *Agência Estado*, 27 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,indigenas-da-aldeia-maracana-participam-de-ato-no-rio,1047719,0.htm>>. Acesso em: jun. 2013.

TURNER, Victor. *Les tambours d'affliction*. Paris: Gallimard, 1972.

Recebido em: 27 jun. 2020

Aceito em: 14 set. 2020.

COMO REFERENCIAR

FREIRE, Leticia de Luna. Uma aldeia na “cidade maravilhosa”: conflito e resistência indígena no Rio de Janeiro. *Latitude*, Maceió, v.13, n. 2, p.97-120, 2019.